

MEL GESTORA DE RECURSOS S/A

Criciúma - SC

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS
EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2024.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros
MEL GESTORA DE RECURSOS S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **MEL GESTORA DE RECURSOS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MEL GESTORA DE RECURSOS S/A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 11 de março de 2025.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

MEL GESTORA DE RECURSOS S/A

São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores Expressos em Reais)

A T I V O

	Notas	31/dez./2024	31/dez./2023
CIRCULANTE		<u>2.399.103,16</u>	<u>1.495.987,21</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.681.536,57	1.260.708,31
Adiantamentos		18.242,10	13.650,22
Impostos e contribuições a recuperar		2.536,42	2.536,42
Empréstimos a terceiros	5	696.788,07	219.092,26
NÃO CIRCULANTE		<u>47.550,00</u>	<u>47.550,00</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>47.550,00</u>	<u>47.550,00</u>
Caução de aluguel		47.550,00	47.550,00
TOTAL DO ATIVO		<u>2.446.653,16</u>	<u>1.543.537,21</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

MEL GESTORA DE RECURSOS S/A

São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores Expressos em Reais)

P A S S I V O

	Notas	31/dez./2024	31/dez./2023
CIRCULANTE		<u>286.221,77</u>	<u>292.914,85</u>
Fornecedores		1.742,81	2.031,63
Obrigações fiscais	6	203.809,82	151.017,14
Remunerações, encargos e provisões	7	69.669,14	64.392,00
Outras obrigações		11.000,00	75.474,08
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.160.431,39</u>	<u>1.250.622,36</u>
CAPITAL SOCIAL	8	<u>550.000,00</u>	<u>550.000,00</u>
RESERVA DE LUCROS		<u>110.000,00</u>	<u>700.622,36</u>
LUCROS ACUMULADOS		<u>1.500.431,39</u>	-
TOTAL DO PASSIVO		<u>2.446.653,16</u>	<u>1.543.537,21</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

MEL GESTORA DE RECURSOS S/A

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Valores Expressos em Reais)

	Notas	Períodos	
		01/jan./24	01/jan./23
		a	a
		31/dez./24	31/dez./23
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita de serviços	9	4.723.151,52	4.517.185,66
(-) Deduções da receita		(266.858,01)	(255.220,94)
LUCRO BRUTO		4.456.293,51	4.261.964,72
Despesas administrativas		(691.629,97)	(746.958,49)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		3.764.663,54	3.515.006,23
RESULTADO FINANCEIRO		144.103,79	94.363,57
Receitas financeiras		144.351,25	95.963,98
Despesas financeiras		(247,46)	(1.600,41)
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		3.908.767,33	3.609.369,80
Imposto de renda e Contribuição Social Correntes		(538.958,30)	(500.097,55)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.369.809,03	3.109.272,25
Lucro por quotas do capital		6,13	5,65

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

MEL GESTORA DE RECURSOS S/A

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL	RESERVA DE	RESERVA	RESULTADOS	TOTAL
	SOCIAL	LUCROS	LEGAL	ACUMULADOS	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	320.000,00	-	-	67.350,11	387.350,11
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.109.272,25	3.109.272,25
Constituição da reserva	-	590.622,36	110.000,00	(700.622,36)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(2.476.000,00)	(2.476.000,00)
Aumento de capital	230.000,00	-	-	-	230.000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2023	550.000,00	590.622,36	110.000,00	-	1.250.622,36
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.369.809,03	3.369.809,03
Constituição da reserva	-	1.500.431,39	-	(1.500.431,39)	-
Distribuição de lucros	-	(590.622,36)	-	(1.869.377,64)	(2.460.000,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	550.000,00	1.500.431,39	110.000,00	-	2.160.431,39
Mutações do Período	-	909.809,03	-	-	909.809,03

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

MEL GESTORA DE RECURSOS S/A

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
(Valores Expressos em Reais)

	Períodos	
	01/jan./24	01/jan./23
	a	a
	31/dez./24	31/dez./23
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.880.828,26	2.633.357,81
Lucro Líquido do Exercício	3.369.809,03	3.109.272,25
Variações nos Ativos e Passivos		
Redução (Aumento) de adiantamentos	(4.591,88)	(10.128,28)
Redução (Aumento) empréstimos a terceiros	(477.695,81)	(213.092,26)
Aumento (Redução) de fornecedores	(288,82)	(240.506,99)
Aumento (Redução) de remunerações, encargos e provisões	5.277,14	(5.452,07)
Aumento (Redução) de impostos, taxas e contrib. a recolher	52.792,68	104.575,09
Aumento (Redução) de outras contas a pagar	(64.474,08)	(111.309,93)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.460.000,00)	(2.246.000,00)
Aumento de capital	-	230.000,00
Distribuição de lucros	(2.460.000,00)	(2.476.000,00)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	420.828,26	387.357,81
Saldo no início do período	1.260.708,31	873.350,50
Saldo no final do período	1.681.536,57	1.260.708,31

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

MEL GESTORA DE RECURSOS S/A

São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

MEL GESTORA DE RECURSOS S/A, pessoa jurídica de direito privado como Sociedade Anônima, cadastrada no CNPJ 31.938.859/0001-70, com sede na cidade de São Paulo/SP, tributada pelo Lucro Presumido tem como principal operação Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da empresa em 11 de março de 2025.

NOTA 2 – BASES DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (comparativas) estão sendo apresentada em Reais (R\$).

A elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base os termos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade de Pequenas e Médias Empresas e a ITG 2000, aprovada pela Resolução do CFC nº 1330/2011 que trata da Escrituração Contábil.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de acordo com as normas descritas na Seção 2 da NBC TG 1000 (R1). A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 da NBC TG 1000 (R1).

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual de provisão trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Sociedade revisa essas estimativas e premissas frequentemente.

Quando aplicável os ajustes a valor presente, os valores sujeitos a tal ajuste são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Seção 2 da NBC TG 1000 (R1).

Atendendo aos termos da NBC TG 1000 (R1), a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, assim como aplicações financeiras com liquidez imediata, demonstradas pelo custo de aplicação e acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas estimativas de provisão para perdas. Abrangem o saldo de empréstimos a terceiros.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados por obrigações junto a fornecedores e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Sociedade não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) CLASSIFICAÇÃO DO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Sociedade reconhece no balanço patrimonial, bens, direitos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 (doze) meses são classificados como circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 (doze) meses são classificados como não circulantes.

C) EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

Os valores de empréstimos a terceiros são registrados pelo valor dos contratos firmados junto as partes, ajustável ao valor presente quando aplicável, atualizado pelas taxas de juros contratuais. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante, caso contrário, são classificados no ativo não circulante.

D) OBRIGAÇÕES FISCAIS

Saldos relativos a tributos calculados conforme a legislação tributária brasileira, reconhecidos pelos seus respectivos valores devidos, atualizados até a data do balanço.

E) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Demonstrados por valores de realização ou obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos, os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço.

F) RECEITAS E DESPESAS

A empresa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

G) TRIBUTOS SOBRE OS LUCROS

A Contribuição Social sobre o Lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido do período e o Imposto de Renda à alíquota de 15%, acrescido de 10% de adicional sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) trimestral.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. As aplicações referem-se a certificados de depósitos bancários, mensurados a valor justo.

Descrição	2024	2023
Aplicações financeiras	1.681.536,57	1.260.708,31
Total	1.681.536,57	1.260.708,31

NOTA 5 – EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

Saldo contábil referente aos empréstimos juntos as empresas:

Descrição	2024	2023
Famcred Factoring Mercantil de Crédito Ltda	266.771,38	10.466,47
Famcred Serviços de Análises Cadastrais Ltda	31.280,39	-
Niágara Sociedade de Participações Ltda	398.736,30	208.625,79
Total	696.788,07	219.092,26

NOTA 6 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Cofins a recolher	12.000,00	11.356,78
CSLL a recolher	49.696,53	35.778,96
IRRF	8.802,96	8.814,31
IRPJ a recolher	122.556,88	84.765,58
ISS a recolher	8.000,00	7.571,18
Pis a recolher	2.600,00	2.460,63
Pis/Cofins/CSLL retidos a recolher	153,45	269,70
Total	203.809,82	151.017,14

NOTA 7 – REMUNERAÇÕES, ENCARGOS E PROVISÕES

Saldo contábil relativo a obrigações trabalhistas e previdenciárias, com a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Salários a pagar	13.910,25	13.386,57
FGTS a pagar	2.166,34	2.337,17
INSS a recolher	6.063,12	7.082,43
Provisão para férias e encargos	47.529,43	41.585,83
Total	69.669,14	64.392,00

NOTA 8 – CAPITAL SOCIAL

O capital social pertence a acionistas domiciliados no país e está composto de 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) representando o montante de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

NOTA 9 - RECEITA LÍQUIDA DA VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	2024	2023
RECEITA BRUTA	4.723.151,52	4.517.185,66
Prestação de serviços	4.723.151,52	4.517.185,66
DEDUÇÕES	(266.858,01)	(255.220,94)
Tributos sobre venda	(266.858,01)	(255.220,94)
RECEITA LÍQUIDA	4.456.293,51	4.261.964,72

NOTA 10 – NÃO OCORRÊNCIA DE EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração da sociedade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.

Hemerson de Villa
Administrador

Cledonir João Damiani
Contador – CRC/SC 020.165/O-5